Povos Indígenas no Brasil

Fonte O ESP Class.: 322

Data 16/10/79 Pg.: _____

Presidente da Funai quer demissão; ministro contra

Das sucursais e do serviço local

O presidente da Funai — Fundação Nacional do Índio — engenheiro Ademar Ribeiro da Silva, é demissionário do cargo, segundo ele mesmo revelou e confirmou ontem pela manhã aos seus assessores, no Rio, e está decidido a formalizar seu pedido de exoneração ainda hoje, em Brasília, durante audiência que previamente havia marcado com o ministro Mário Andreazza, do Interior, a quem está subordinado e que, por sua vez, disse que não aceitará a demissão.

Antes mesmo de a notícia ser confirmada, o que acabou ocorrendo por intermédio de funcionários graduados do escritório carioca da Funai, a saída de Ribeiro da Silva já provocava manifestações em São Paulo e também em Brasília, por parte de entidades de apoio à causa indígena. A mesma informação levou o próprio ministro Mário Andreazza a tomar uma posição a respeito e a declarar que fará, hoje, na mesma audiência, um apelo ao presidente da Fundação para permanecer no cargo.

O ministro afirmou não ter

críticas ao trabalho de Ribeiro da Silva que, como disse, só merece elogios. Ele acrescentou, ainda, ignorar críticas feitas à ação do presidente da Funai e atribuídas pelo presidente interno da Comissão Indigenista Missionária — Cimi, padre Egdio Schwade, ao general Demócrito de Oliveira, responsável pela Coordenação da Amazônia — um setor da própria Funai.

Conforme observou Andreazza, "o Ministério reafirma sua linha de ação", lembrando ele ainda que "os direitos indígenas previstos na Constituição continuarão a ser respeitados, assim como suas terras serão demarcadas e a riqueza do índio será do índio, acatando decisão expressa do presidente da República a esse respeito". Em Brasília, dizia-se ontem nos gabinetes da Funai que Ademar Ribeiro da Silva não aguentou as pressões sofridas dentro da própria Fundação e por parte de outros grupos, inclusive de políticos. Detalhando essas pressões, os mesmos funcionários disseram que, como a política de Ademar Ribeiro vinha sendo a de tentar liquidar com mordomias e pistolões dentro da Funai, ele acabou por con-

trariar alguns interesses, além de ter provocado uma crise quando demitiu um funcionário da área de Chapecó (Santa Catarina), ligado ao general Demócrito de Oliveira.

RONDÔNIA

O desagrado do general Demócrito de Oliveira pela política adotada por Ribeiro da Silva para a Funai foi também citada, em São Paulo, pelas comissões Pró-Índio e pela Criação do Parque Yanomani, que reuniram a imprensa e divulgaram, ao mesmo tempo, uma nota oficial relacionada com a demissão do presidente da Funai.

A nota é assinada pelo médico Rubem Brando, pelas antropólogas Manoela Carneiro da Cunha, da Unicamp, e Carmem Junqueira, da FUC, e pela fotógrafa Cláudia Andujar, e afirma que "demostrou muito tempo até que se conseguisse uma modificação da política da Funai, que passou efetivamente a tomar atitudes que representam real benefício para os índios". O documento refere-se, em seguida, à questão dos índios suruí e aos problemas da sua reserva, em Rondônia, já demarcada e inteiramente implantada quando 200 famílias

de posseiros invadiram a área, destruindo, inclusive, os marcos existentes. Lembra a nota que a solução seria transferência dos posseiros para outras áreas pertencentes ao Incra, providência que seria efetivamente adotada, conforme assegurara o ministro da Agricultura, e posta em prática em abril e maio de 1980, épocas de chuvas menos intensas na região. Essa solução, no entanto, contrariou o general Demócrito de Oliveira, segundo consta da nota oficial distribuída ontem, "que se jacta de ser o homem forte da Funai há quase 10 anos, quando sendo ainda responsável pela minuta 477, que liberou a criação de uma prisão indígena no quilômetro 211 da Perimetral Norte, ao arripelo de toda a legislação existente". O interesse em impedir o afastamento dos posseiros, segundo acreditam os membros da Comissão Pró-Índio, decorreria das intenções de algumas empresas de explorar riquezas minerais da região, havendo mesmo um pedido para a prospecção de diamantes na área, enquanto em Brasília tramita o projeto Jerônimo Santana, que prevê a abertura das áreas indígenas à mineração.